

# **Antônio Cândido e a transição política a partir de 1945: ação, conhecimento e mudança social\***

*Maria José de Rezende<sup>1</sup>*  
Universidade Estadual de Londrina

## **Resumo**

Antônio Cândido, ao longo de seus textos, ocupou-se, entre outras atividades intelectuais, de desvendar o processo de mudança social e política no Brasil. Como homem de ciência e homem de ação, ele produziu muitos materiais (textos, artigos, documentos) que tinham o objetivo de ajudar as forças progressistas a clarear os caminhos para a sedimentação de procedimentos democráticos que pouco a pouco vencessem as exclusões sociais e políticas e preparassem as condições para a emergência de uma sociedade socialista. A primeira tarefa nesse processo de transmutação da sociedade brasileira era, então, vencer o oligarquismo, os vícios políticos e o oportunismo.

**Palavras-chave:** Transição política; Mudança social; Democracia; Socialismo.

## **Abstract**

Antônio Cândido, in his texts, among other intellectual activities, dealt with uncovering the social and politic changing process in Brazil. As a man of science and action, he produced lots of materials (texts, articles, documents) that had the purpose of helping progressive forces to clear up the ways to the sedimentation of democratic procedures that could, little by little, overcome social and political exclusions and could prepare the favorable conditions for the emergence of a socialist society. To overcome oligarchism, the political weaknesses and the opportunism was, then, a first task in this process of transmutation of the Brazilian society.

**Keywords:** Political transition; Social change; Democracy; Socialism.

---

\* Antônio Cândido and the Brazilian political transition since 1945: action, knowledge and social change.

<sup>1</sup> Endereço para correspondências: Rua Pio XII, 335, ap. 1104, Londrina, PR, 86020-914 (E-mail: wld@rantac.net).

## Introdução

**A**ntônio Cândido cursou direito e filosofia simultaneamente, a partir de 1939. Como estudante, ele já se encontrava envolvido em algumas atividades políticas de oposição ao Estado Novo, ao fascismo e ao integralismo. Em entrevista publicada na revista *Teoria & Debate*, de 1988, ele afirma que sua posição política de esquerda assentada numa perspectiva nem stalinista nem trotskista, mas sim socialista-democrática, definiu-se no início da década de 1940 com sua inserção nos embates políticos que se formaram em torno da revista *Clima*, a qual tinha, em seus quadros, intelectuais (Paulo Emílio Salles Gomes, por exemplo) que se voltavam para a busca por soluções políticas condizentes com os problemas nacionais brasileiros.

Sua militância política esteve voltada para a validação de ações construtoras da democracia, por isso, seu empenho na Esquerda Democrática (ED) e no Partido Socialista para, através de todas as brechas possíveis, lutar contra os diversos modos de autoritarismo instalados na sociedade brasileira. Quando iniciou suas atividades como assistente do professor Fernando de Azevedo, na cadeira de Sociologia<sup>2</sup>, na Universidade de São Paulo, ele mostrava-se engajado em várias atividades intelectuais e políticas que movimentavam a vida nacional no decorrer da década de 1950.

A partir de 1958<sup>3</sup>, Antônio Cândido empenhou-se, como professor de Literatura Brasileira, num primeiro momento, e de Teoria Literária, num segundo. Desde então, ele produziu uma das mais importantes reflexões sobre a vida social e literária do país. Em suas atividades acadêmicas, sempre esteve presente uma marcante preocupação com as formas de expressão (literárias ou não) da vida política. Basta acompanhar sua produção intelectual, ano a ano, para concluir que temas como as transições políticas, a democracia, as formas de expressão do pensamento, as mudanças sociais e os vícios políticos autoritários sempre estiveram presentes em suas discussões. No período de transição do Estado Novo para a democracia, Antônio Cândido já definia, por meio de suas atuações políticas e intelectuais, sua postura de homem de ciência e de ação ao mesmo tempo.

<sup>2</sup> Antônio Cândido permaneceu nessa atividade até 1958.

<sup>3</sup> Entre 1958 e 1960, Antônio Cândido ensinou literatura brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, em São Paulo. A partir de 1960, passou a ensinar Teoria Literária na Universidade de São Paulo.

Em seus artigos, entrevistas e livros sobre a conjuntura política brasileira nas décadas de 1940 e 1950, Antônio Cândido faz uma ampla reflexão sobre os caminhos e os descaminhos da transição instaurada com o fim da ditadura do Estado Novo, que vigorou no país entre 1937<sup>4</sup> e 1945. Ganham destaque em suas discussões as seguintes questões: a) Como construir uma consciência crítica não somente demolidora, mas também analítica e funcional que fosse propositiva e capaz de ajudar a construir relações sociais mais democráticas no país? b) Que agentes sociais poderiam flexibilizar o Estado oligárquico brasileiro e qual era o papel dos setores médios nesse processo? c) De que natureza eram as divergências políticas entre alguns grupos (PCB e PSB, principalmente) de esquerda? d) No âmbito da esquerda quais grupos estavam, de fato, comprometidos com a instauração de uma sociedade democrática?

Antônio Cândido tratou dessas questões em ocasiões diversas, ou seja, tanto em seus escritos das décadas de 1940 e de 1950 quanto nas publicações posteriores. Nas entrevistas e nos artigos das décadas de 1970, 1980 e 1990, há um constante retomar dos problemas suscitados pelo processo de transição que antecedeu o golpe militar de 1964. As entrevistas publicadas nas revistas *Trans/Form/Ação* (1974); *Teoria & debate* (1988) e *Estudos de sociologia* (2006) podem ser citadas como exemplo de constante retorno àquelas questões que nortearam suas reflexões e suas ações em meados do século XX.

Neste artigo, lança-se mão, dentre outros, dos artigos publicados numa coletânea que foi intitulada *Textos de intervenção* e das entrevistas mencionadas no parágrafo anterior. Há nesses materiais expressiva reflexão sobre a conjuntura política pós-Estado Novo. Atravessa todas as discussões de Antônio Cândido a preocupação com elucidar o contexto social das opções políticas dos homens de ciência e de ação que se empenhavam em transmutar o país rumo a uma sociedade socialista e democrática. Todavia, segundo ele, era necessário ater-se às especificidades sociais e políticas brasileiras para não cair em equívocos, muito comuns na década de 1950, em que se seguiam insistentemente receitas de mudanças desconexas da realidade do país.

<sup>4</sup> A carta de 10 de novembro de 1937 instituiu a ditadura do poder executivo. O poder legislativo foi abolido com o fechamento do Congresso Nacional. O período que se instaurou a partir desse momento foi denominado Estado Novo.

Fica evidenciado, nos escritos de Antônio Cândido, que a sensibilidade política somente se cristaliza em razão da clareza acerca das singularidades e das complexidades brasileiras. Esse entendimento deve ser lido como parte de um amplo debate político que ganhava consistência na década de 1950 e chamava a atenção de inúmeros intelectuais que se ocupavam de encontrar a melhor forma tanto de explicar o Brasil quanto de intervir em seus processos de mudança.

A título de esclarecimento, já que não é possível, neste artigo, recuperar todo esse debate, em vista de sua amplitude e complexidade, constata-se que as preocupações de Antônio Cândido com a necessidade de uma atitude teórica voltada para a compreensão da singularidade social, política e cultural brasileira inscrevia-se na obsessiva luta de muitos outros intérpretes do Brasil para encontrar meios de intervir no processo político brasileiro, visando a direcionar as mudanças rumo a uma redefinição do padrão de organização social e do padrão de domínio político vigentes em meados do século passado.

Celso Furtado, Josué de Castro, Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, dentre outros, oferecem, cada um a seu modo e de maneira distinta, as melhores pistas para compreender as inúmeras faces e nuances de um debate obstinado por encontrar a melhor forma de combater a ação política reacionária que tendia a preservar o estado de coisas vigente. Na condição de homens de ciência e de ação, eles visavam a combater uma política conservadora que perpetuava a exclusão. Esse era o norte das ações dos intelectuais que objetivavam fortalecer atitudes – as quais devem ser entendidas como a disponibilidade para um modo de agir – capazes de transfigurar a vida social brasileira.

### **A construção de uma consciência crítica não somente demolidora, mas também analítica e funcional**

A postura teórico-política de Antônio Cândido deve ser lida à luz do seguinte desafio: conhecer para mudar<sup>5</sup>. Dentre os dilemas que se colocavam para aqueles (tanto políticos quanto intelectuais) que tinham a intenção de contribuir com o processo de transição política que se instaurou na década de 1940 estava, segundo Cândido, o desafio de se posicionar não só como demolidor,

<sup>5</sup> No artigo *Para pensar o problema da fome*, Antônio Cândido refere-se ao papel importante que teve Josué de Castro, nas décadas de 1940 e 1950, na construção de um entendimento mais realista acerca das desigualdades sociais no Brasil. “Homens como Josué de Castro trouxeram à tona a triste realidade e levaram as concepções educacionais a serem mais realistas, porque ficou impossível esconder aos jovens a triste verdade. Ora, sem o conhecimento da verdade não se muda nada” (CÂNDIDO, 1999, p. 6).

mas também mediante críticas e ações propositivas. Tentando responder a um inquérito feito por Mário Neme, que coordenava a obra *Plataforma da nova geração* (1945), ele afirmava que a desorganização social vigente naquele momento levava a uma “ânsia desesperada de entender a confusão” que se havia instalado no mundo após a Segunda Guerra. e isso potencializava a emergência de posturas demolidoras, as quais nem sempre conseguiam ser, de fato, indicadoras de novos caminhos a ser construídos.

Antônio Cândido criticava os entusiasmos nervosos que eram gastos inutilmente e chamava a atenção para a necessidade de que aqueles que estavam comprometidos com a transição democrática iniciada em 1945 não deixassem levar-se por uma inquietude que nada construía, de fato. Entender o significado social e político daquele momento era enorme desafio. Ele elogiava o poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) que conseguia exprimir em seus escritos “essa coisa invejável que é o amadurecimento paralelo aos fatos; o amadurecimento que significa riqueza progressiva, e não redução paulatina a princípios afastados do tempo” (CANDIDO, 2002, p. 239).

A construção de uma consciência crítica passava por um entendimento maduro do tempo presente. Esse era, segundo ele, o grande desafio. Era preciso vencer os desnor-teios, os experimentalismos e avançar sob um terreno fértil já cultivado por intérpretes que tiveram papel fundamental no processo de decifrar o país. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, dentre outros, tinham pavimentado uma estrada de enorme esforço intelectual – isso não significava, porém, inexistência de contradições, de discordâncias, de antinomias – que teria de ser o norte para aqueles empenhados em contribuir para as mudanças aparentemente possíveis a partir de 1945.

Note-se que Antônio Cândido insiste “na ‘função’ dos indivíduos e na sua organização ‘em função’ do tempo”. Assim,

*[...] encarada sob este aspecto funcional, me parece fora de dúvida que a minha geração é uma geração crítica. O que leva a admitir que, se é assim, é porque passamos no Brasil, ou pelo menos em São Paulo, por uma fase que exige um esforço de aclaramento, de compreensão, de classificação (CANDIDO, 2002, p. 240).*

Há nessa passagem, uma crença expressiva no papel que as ciências sociais e humanas deveriam desempenhar, no país, a partir de 1930. Elas teriam de agir no processo de formação de uma geração crítica e capaz de ações políticas substantivamente voltadas para construir uma nação mais inclusiva e democrática. Fazia-se, assim, uma exigência constante aos homens de ciência, os quais deveriam construir um agir pautado no conhecimento científico. Os intelectuais, ao adentrar a arena da política prática, por meio das militâncias partidárias e de outras naturezas, tinham de apresentar ações condizentes com os avanços que a compreensão da vida social vinha fazendo no país. Observa-se que, para ele, o avanço das ciências humanas e sociais no desvendamento da realidade tinha papel importante, porém, não único, no aperfeiçoamento da ação política interessada em transmutar o país, ou seja, não eram mais possíveis amadorismos e experimentalismos calcados na ignorância das singularidades e das especificidades brasileiras.

O espírito crítico e a sensibilidade voltada para os problemas que desafiavam o país e o mundo eram formados também pela arte. Arte e ciência conjugavam-se na formação de sujeitos sociais propositivos<sup>6</sup>. Falando sobre a geração de 1920 em comparação com a geração de 1940, ele afirmava que a primeira era uma geração de artistas dotados de espírito crítico. Todavia, a última foi “demolidora e construtora”, enquanto a geração de 1940 teria sido mais “analítica e funcional” (CANDIDO, 2002, p. 242).

Antônio Cândido, no entanto, não tem uma concepção da atividade intelectual como uma missão superior que paira sobre os demais segmentos sociais. Para ele, há confluência entre a condição de intelectual e a condição de cidadão que, de certa forma, dissolve a idéia de que aquele primeiro teria algum dever especial, ou seja, uma missão<sup>7</sup>. Isso não queria dizer que o intelectual não teria dever algum. “Há, é claro, um dever precípua de todo cidadão. Não é pelo fato de escrever ou deixar de fazê-lo que um indivíduo vai se eximir dele. Este dever básico, todavia, é como cidadão, e não como intelectual que se desempenha” (CÂNDIDO, 2002, p.254). Havia, em alguns casos, embaralhamento dessa função, pois, em vez de cumprir sua obrigação,

<sup>6</sup> Esclarece-se que não foram encontrados nos textos de Antônio Cândido analisados neste artigo o termo ciência propositiva. Todavia, suas discussões sobre a necessidade de um saber capaz de propor novos caminhos dão indicações de que ele estava a defender esse tipo de conhecimento.

<sup>7</sup> “Há um perigo enorme nessa história de ‘missão’ do intelectual. Em geral, acaba em exibicionismo publicitário e muito imoral autodem demonstração” (CANDIDO, 2002, p. 245).

alguns intelectuais acabavam se perdendo em atitudes voltadas para mostrar-se publicitariamente. Ao agir desse modo, o intelectual não cumpria algo crucial que pode ser resumido da seguinte forma: “não trair ao seu tempo, nem ao seu semelhante, nem a si mesmo” (CANDIDO, 2002, p. 244).

Haveria algum dever específico do intelectual no terreno das idéias? Antônio Cândido afirmava que a “tarefa máxima deveria ser o combate a todas as formas de pensamento reacionário” (CANDIDO, 2002, p. 245). Tal tarefa parecia, todavia, titânica, visto que as formas de impedir a expansão do progresso humano, da inteligência livre, da consciência crítica, da sensibilidade questionadora eram muito fortes numa sociedade oligárquica como a brasileira. Era necessário estabelecer uma guerra sem trégua contra os reacionarismos, vindos de onde quer que fosse. Detectava-se, segundo Cândido, em meados da década de 1940, tendência, no próprio meio intelectual, de potencializar atitudes mentais reacionárias. Para ele, as filosofias idealistas, a sociologia cultural e a literatura personalista<sup>8</sup> assemelhavam-se nesse processo de criação de atitudes reacionárias.

*As filosofias idealistas comportam uma grande parte de fuga ao destino imediato dos homens. Permitem um enrolamento do espírito sobre si mesmo que alheia o indivíduo do seu semelhante, ilhando-o dolorosamente em meio aos problemas sociais. [...] Sou contra este tipo de pensamento, que a burguesia, aliás, adora abertamente ou em segredo, porque, como já escrevi mais de uma vez, segrega o intelectual dos problemas presentes (CANDIDO, 2002, p. 248).*

A possibilidade de a sociologia cultural também potencializar uma mentalidade reacionária era algo que não se aplicava a essa área de conhecimento. Ele criticava especificamente Gilberto Freyre, que estaria levando o culturalismo ao extremo.

*Suas últimas obras descambam para o mais lamentável sentimentalismo social e histórico; para o conservadorismo e para o tradicionalismo.*

<sup>8</sup> Cândido dizia no texto *Plataforma de uma geração* que não se alongaria em demonstrar que esse tipo de literatura personalista não levava senão ao auto-exibicionismo narcisista e a atitudes mentais reacionárias.

*Enamorado do seu ciclo cultural luso-brasileiro, é levado a arquitetar um mundo próprio, em que se combine o progresso com a conservação dos traços anteriores característicos. [...] Ai está um caso em que o método cultural carrega água para o monjolo da Reação (CANDIDO, 2002, p. 249).*

Construir um pensamento capaz de lutar contra as diversas formas de reacionarismos era um dos maiores desafios a ser enfrentados. Tal tarefa era ainda mais difícil se fosse levado em consideração que, além de construir uma tenaz crítica às atitudes mentais reacionárias, elitistas e oligárquicas, era necessário também construir um pensamento propositivo, ou seja, capaz de propor caminhos plausíveis para transformar o padrão de organização social e política brasileiro.

Ao defender a importância de uma consciência crítica que estivesse fundada em métodos analíticos, Antônio Cândido estava a defender o papel que a sociologia deveria ter no processo de decifrar o país e de intervir nele. Por que essa questão se colocava com tanta veemência em seus escritos? Porque ele tentava responder a alguns críticos das ciências sociais que as viam como quase inutilidade. Essa era, dizia ele,

*[...] a opinião do Sr. Oswald de Andrade, expressa com mais graça que critério em bom número de artigos. Para ele, todos somos sociólogos. Sociologia por todo o lado. Gente que ficha e cataloga o número de sapatos das vitrinas, as vezes que um cavalheiro acende o cigarro entre o viaduto de Santa Ifigênia e o Brás etc. (CANDIDO, 2002a, p. 252).*

Prevalecia, entre alguns críticos da sociologia que se expandia naquele momento, receio de que a expansão dos métodos científicos aplicados à vida social e cultural trouxesse uma espécie de “ressecamento coletivo” das idéias, do pensamento, em consequência de perda de inspiração. Isso era contestado por Antônio Cândido, que considerava importante tanto o papel da arte como atividade crítica como o papel daquela ciência comprometida com desvendar os fundamentos das desigualdades, das exclusões e dos modos autoritários de agir.

O desenvolvimento da atividade crítica, da consciência crítica, não apenas demolidora, mas também construtora, passava, afirmava Cândido, pelo aprimoramento de um dado tipo de espírito científico. Nesse ponto, ele dizia estar de acordo com Sílvio Romero, que afirmava:

*Há na vida das nações certos momentos de caráter prático, em que elas como que fazem alto na tarefa que seu gênio lhes traçou, para prepararem o balanço dos resultados obtidos, das riquezas acumuladas. Estas épocas, essencialmente críticas, produzem, ao invés do que geralmente se pensa, resultados positivos e servem de orientação ao espírito dos povos (ROMERO apud CANDIDO, 2002a, p. 253).*

Sílvio Romero (1851-1914), grande defensor, desde o século XIX, da necessidade de firmiação da sociologia como ciência, considerava que o espírito crítico e o espírito prático dependiam do entendimento sociológico dos fatos (ROMERO, 1969). A sociologia era indispensável, dizia ele, para compreender as sublevações contrárias à república, os movimentos de enaltecimento da monarquia, a ausência de uma opinião pública esclarecida, a ausência de coesão social, o modo como os diversos grupos propunham soluções para os problemas nacionais e as matizes político-sociais brasileiras. O modo de Antônio Cândido encaminhar a discussão sobre a conjuntura política das décadas de 1940 e de 1950 revela expressiva influência de Sílvio Romero (1910; 1910a), no que tange ao papel da atividade científica, do conhecimento e das idéias no processo de geração de atividades práticas capazes de refutar os desvarios oligárquicos que estavam sedimentados no país.

Ao dizer que suas preocupações estavam regidas pelo modo como as situações empíricas e concretas (CANDIDO, 1974) se apresentavam, pode-se constatar também influência de Sílvio Romero. Sua tese *Introdução ao método de Sílvio Romero*, de 1945, deixou marcas profundas no pensamento de Antônio Cândido. Isso ele próprio admite em uma entrevista de 1974. Já estava posta nas obras de Sílvio Romero a necessidade veemente de que o pensamento crítico deixasse de ser somente demolidor, e fosse, principalmente, construtor e capaz de intervir na vida política e de direcioná-la para as mudanças que urgiam em cada conjuntura.

A possibilidade de a crítica deixar de ser somente demolidora e passar a ser propositiva consolidava-se na década de 1940, em razão de duas veredas abertas no século XX: o movimento crítico da década de 1920 e o movimento de sistematização das ciências sociais a partir de 1930. O intercruzamento desses dois fenômenos ajudava na busca por soluções para os problemas mais candentes da nação brasileira. Por isso, parte expressiva das discussões de Antônio Cândido sobre a vida política brasileira em meados do século passado ocupava-se de decifrar quais eram as possibilidades de flexibilizar o Estado oligárquico brasileiro para assim enfraquecer seus métodos e procedimentos e, dessa forma, abrir caminho para a implementação da democracia no país.

### **Quais agentes sociais poderiam flexibilizar o Estado oligárquico brasileiro e qual era o papel dos setores médios de esquerda nesse processo?**

Dentre os agentes que teriam papel importante na luta pela flexibilização do Estado oligárquico brasileiro estava parte dos setores médios intelectualizados, que tiveram sua consciência e suas idéias políticas formadas na refutação de toda forma de autoritarismo, seja ele nacional ou internacional. A polarização entre o socialismo e o fascismo na década de 1930 levou à formação de grupos capazes de questionar todas as formas de intolerância totalitária. Formou-se um pensamento condicionado pela opção política (CANDIDO, 1974, p. 11) democrática e socialista.

*Naqueles decênios de 30 e 40, formou-se aqui, além do pensamento de esquerda, que atingiu setores mais restritos, um pensamento radical de classe média, que envolveu mesmo a maior parte dos socialistas e comunistas e a meu ver representou um enorme progresso. De fato, foi a primeira vez que surgiu de modo ponderável uma visão não-aristocrática do Brasil; a última visão aristocrática de peso foi a de Gilberto Freyre, apesar dos elementos que trouxe para a sua superação. Nesse período, nós vimos a expansão dos estudos sociais sobre o negro e em geral sobre as populações pobres; vimos minguar o ufanismo e a ideologia patrioteira dos livros de leitura.*

*Isso favoreceu a formação de um pensamento radical, no qual me desenvolvi na mocidade (CANDIDO, 1974, p.12).*

Aqueles setores médios intelectualizados portadores dessa radicalidade eram tidos por Antônio Cândido como elementos chave no processo de democratização do país. A lucidez em relação aos desmandos oligárquicos levava a uma atuação política singularizada pela obstinação em decifrar os fatores sociais, os condicionantes, os condicionamentos, a funcionalidade e a estruturação do padrão de domínio político arraigado no país.

Teria tido papel decisivo na formação desse pensamento radical dos setores médios a implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, a qual estimulou a expansão desse pensamento radical numa circunstância em que o “grosso do pensamento era maciçamente conservador e não raro reacionário” (CANDIDO, 1974, p.12). Desenvolver uma tonalidade ideológica progressista foi, enquanto instituição, uma grande contribuição da USP, a qual formou espíritos não dados a manifestações coletivas favoráveis a qualquer forma de autoritarismo.<sup>9</sup>

O pensamento radical dos segmentos médios tinha muitos matizes, todavia, o que Cândido punha em relevo não eram as diferenças de olhares que ganhavam forma nas interpretações do oligarquismo, do autoritarismo, das exclusões e das desigualdades, mas sim o tipo de coerência institucional e política que se foi formando a partir de 1930.

*A partir do decênio de 1930 ele [o pensamento radical] foi a primeira formulação coerente, em nível institucional, da classe média progressista, que deste modo se exprimiu, não como cupincha da oligarquia, mas como categoria autônoma. Para muitos isso parecerá ridicularmente pequeno-burguês. Mas em perspectiva histórica é muito ponderável e positivo, porque significa a radicalização da classe média nas instituições culturais, com todo o deslocamento para frente que isto implica em relação às posições tradicionais (CANDIDO, 1974, p. 13).*

<sup>9</sup> “Um exemplo: em 1964, apesar da maioria dos titulares serem provavelmente simpáticos ao movimento armado, ela foi a única Faculdade de São Paulo, salvo erro, que não fez manifesto de apoio” (CANDIDO, 1974, p. 13).

Era inegável que a oligarquia, diz Cândido, imaginou a possibilidade de criar um viveiro de intelectuais a seu serviço, a partir de 1934, com a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, mas isso não se realizou em sua plenitude, pois os intelectuais que ali se formaram desenvolveram atitude e pensamento que negavam os valores antidemocráticos da oligarquia. A reflexão sobre a realidade social e cultural levou à formação de uma consciência crítica que deveria lutar para se tornar o mais construtora quanto possível naquele momento (final da década de 1940).

Não se deve supor que Antônio Cândido estivesse tomando toda a classe média brasileira como dotada de um pensamento radical, muito menos imaginar que ele supusesse que todos os componentes das instituições universitárias públicas eram progressistas. Nem todos os segmentos que compunham as ciências sociais e humanas estavam interessados na construção de uma sociedade mais igualitária e mais democrática. Ele alertava, por exemplo, para que as universidades na década de 1970 estavam cheias de delatores e espiões. Ele diz, até mesmo, que esses tipos eram incorporados pelas instituições, como se fizessem parte de seu corpo. Havia, até mesmo, restrição de liberdade de ação e de pensamento, numa tentativa de sufocar o que ainda havia de radicalidade nos segmentos das classes intermediárias que compunham as universidades.

Isso mostra que, na década de 1940 e de 1950, havia um embate entre o pensamento progressista e radical e o pensamento reacionário e conservador. Tal enfrentamento era parte do processo de democratização que ocorreu na sociedade brasileira entre 1945 e 1964. O golpe militar empenhou-se em sufocar esse espírito crítico, radical e propositivo, que ganhava terreno entre pensadores e artistas. Os dirigentes civis e militares puseram em prática um projeto que visava a eliminar as investidas contra o Estado oligárquico, que era potencializado pelo estamento que conduzia à ditadura.

Os homens de ciência e de ação vivenciavam, sob condições autoritárias, duas distorções. Uma, dizia Cândido, relacionava-se ao impedimento da expansão da pesquisa e do pensamento questionador. A outra se referia a um processo de emergência de idéias aguerridas que se tornam intolerantes e mutiladoras da imaginação criativa. Assim, uma parte dos setores médios que pertencia aos quadros intelectuais, no período pós-1964, não conseguiu livrar-se dessas duas distorções que se impuseram em vista da conjuntura repressora imposta depois do golpe militar.

Isso demonstra que Antônio Cândido não supunha que havia qualquer automatismo entre pertencer a determinados quadros profissionais (professor e pesquisador da área de ciências humanas, por exemplo), quadros políticos (partido de esquerda) e estratos sociais (membro das classes médias) e conseguir realizar ações que fossem criativas, sensíveis e propositivas. Sendo assim, nem mesmo as denominadas esquerdas que agiam na década de 1940, 1950 e 1960 estavam isentas de “intolerâncias e [daquelas] mutilações simétricas do pensamento” (CANDIDO, 1974, p. 16).

Numa entrevista dada a Eder Sader e Eugênio Bucci, na década de 1980, a qual foi publicada na revista *Teoria & debate*, Antônio Cândido (1988) expôs longamente o que ele entendia como possibilidade de expansão de uma sensibilidade política que fosse ao mesmo tempo progressista, radical, revolucionária e democrática. O desenvolvimento de uma conduta humanista e voltada para os interesses coletivos e para a questão social depende, em seu entender, de um conjunto de fatores educacionais e formativos da própria personalidade democrática. Discutindo sua própria experiência, desde a infância, ele argumentava que um ambiente liberal, anti-fascista, aberto para informações sobre o anarquismo, sobre o socialismo, sobre a revolução russa, sobre as lutas sociais, era um ambiente fértil para o desenvolvimento de uma mentalidade questionadora da hipertrofia política e intelectual que acometia uma parte da esquerda brasileira de meados do século XX.

Todavia, em nenhum momento, Antônio Cândido deixou de ressaltar que era preciso analisar as duas opções de esquerda (trotskista e stalinista) que havia nas décadas de 1930 e 1940, em razão de uma conjuntura de lutas políticas tanto no interior do próprio processo de revolução russa quanto na luta da União Soviética com o fascismo. As posturas de alguns intelectuais e escritores, membros das classes médias e do Partido Comunista, tais como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Caio Prado Júnior, Astrogildo Pereira, dentre outros, devem ser lidas em razão de inúmeros acontecimentos e circunstâncias políticas que se foram delineando naquele momento.

No entanto, lendo as entrevistas de Antônio Cândido, é perceptível que ele traça um mapa interessante das posições, do ambiente político, das personagens, dos grupos e de suas opções no interior de uma dada conjuntura. Havia espaços, nas décadas de 1940 e 1950, para posições dissonantes em relação àquelas que prevaleciam entre os segmentos médios de esquerda?

Ele faz questão de assegurar que sim e que algumas opções, mesmo da esquerda, estavam repletas de equívocos. Isso não queria dizer que só havia enganos. Existia também espaço para um agir diferente daquele que prevalecia entre as duas principais tendências.

Já na década de 1940 ficava claro quais eram os intelectuais de esquerda que abraçariam a causa da democracia nos anos vindouros. Dentre eles estavam Paulo Emílio Salles Gomes, Antônio Costa Correia, Arnaldo Pedroso d’Horta<sup>10</sup>, Azis Simão e Germinal Feijó. Eles eram membros dos setores médios que buscavam uma posição independente dentro da esquerda, e isso os levava a uma postura socialista democrática. Todavia, esse processo era tortuoso, dizia Antônio Cândido, já que havia uma luta política de resistência à ditadura do Estado Novo, o que exigiu, nos anos de 1943 e 1944, o estabelecimento, por exemplo, de ações conjuntas com segmentos (os estudantes oposicionistas da Faculdade de Direito de São Paulo) médios de tendências liberais.<sup>11</sup>

Num momento em que havia um inimigo comum – a ditadura de Vargas – a combater, ocorreu essa aproximação, mas, com o afrouxamento do Estado Novo, as oposições formam os grupos com maior identificação ideológica. É o que Antônio Cândido chamou na entrevista a José Pedro Renzi de “decantação ideológica” (CANDIDO, 2006, p. 12), visto que não se tratava mais “apenas de lutar contra a ditadura [do Estado Novo], mas de lutar pelo socialismo” (CANDIDO, 2006, p.12).

As reflexões, as atitudes reveladas por Antônio Cândido em seus artigos e entrevistas têm o mérito de revelar o quão tortuoso é o caminho da prática política. Os obstáculos que se impuseram devem ser lidos à luz dos desafios históricos que exigiam condutas, muitas vezes, expressivamente distintas daquelas que parte da esquerda abraçou. A não-capacidade de produzir “uma teoria política fundada na realidade brasileira” (DANTAS, 2002, p. 332) estava na base de inúmeros equívocos.

<sup>10</sup> “Antônio Cândido não apenas diverge dos vaivéns desastrados da atuação nacional do PCB, como também assinala o quanto as injunções soviéticas bloquearam todo avanço político em direção à revolução e à democracia. Lucidez que seus companheiros de partido parecem compartilhar, como por exemplo Arnaldo Pedroso d’Horta, que num artigo de 1949, assim escrevia com ênfase: ‘A velha nomenclatura está completamente ultrapassada pelos acontecimentos, e se tivéssemos que continuar a usá-la hoje, deveríamos incluir os comunistas exatamente entre as forças reacionárias da sociedade’” (HORTA apud DANTAS, 2002, p. 333).

<sup>11</sup> O jornal *Resistência*, clandestino, do qual Antônio Cândido foi colaborador, foi resultado dessa experiência política chamada Frente de Resistência. Sobre a conduta política de Cândido, ver: (Dantas, 2002<sup>a</sup>).

*Elementos para uma teoria desse tipo estão dados nas análises da Folha Socialista em que, perdendo suas identidades-clichê, “burguês” e “proletário” se tornam categorias que estão mais próximas de descrever a experiência brasileira. Por isso, a burguesia que aqui aparece vive em estado de mudança, sempre disposta a não honrar as convicções de vésperas e a fazer alianças oportunistas com frações recém-formadas, com as quais concorre, preservando a qualquer custo o estado de coisas; por sua vez o proletariado traz a marca da desagregação do paternalismo e da escravidão e em nada se assemelha a um agente da Revolução. [...] Nesse sentido, Antônio Cândido visualiza uma brecha na radicalização das classes médias, cujo potencial de agitação e mobilização esclarecida pode ter alguma chance de flexibilizar o Estado oligárquico, assegurando de modo amplo e democrático avanços sociais de base (DANTAS, 2002, p. 333).*

A flexibilização do Estado oligárquico passava pela necessária refutação do processo de transição que tomava forma a partir de 1945. Endossar o pacto populista, como fazia o Partido Comunista, que “desempenhava funções subalternas na máquina do trabalhismo” (DANTAS, 2002, p.333), seria potencializar a não-mudança segundo Antônio Cândido. Tal postura pode ser detectada em suas análises de conjuntura publicadas na *Folha socialista*, em 1947 (CANDIDO, 2002b, p.341).

Dado interessante da análise de Antônio Cândido sobre o período denominado de transição política instaurada a partir de 1945 está na maneira como ele tentava espreitar em diversas direções. Havia um processo de transição instaurado e ele procurava captar, numa análise de conjuntura, quais eram as condutas, atitudes e ações dos diversos agentes sociais com capacidade de mobilização e de intervenção do processo político.

Fazendo uma análise microscópica do modo como os segmentos sociais que adentravam a arena política, no final da década de 1940 e início da década de 1950, posicionavam-se diante do processo de transição, Antônio Cândido, nos artigos *A situação brasileira* (1947), *Economia e socialismo* (1948),

*Forças conservadoras contra forças demagógicas* (1948), *Repúdio à doutrina do capitalismo de Estado* (1948) e *O parlamentarismo* (1953), publicados na *Folha socialista*, apontava para as inúmeras dificuldades que se tornavam visíveis não somente no modo de agir dos setores oligárquicos que pelejavam para manter as coisas como estavam, mas também na forma de proceder de segmentos de esquerda, que passavam a enveredar por caminhos do oportunismo político (CANDIDO, 2002b).

Esse tipo de análise, quando se pensa na conjuntura de meados do século XX, foi feita também por outros intérpretes do país. Tomando-se as análises de Celso Furtado (1959; 1959a; 1956; 1961; 1962; 1962a; 1964) do final da década de 1950 e início da década de 1960, são visíveis – mesmo se levando em consideração os caminhos teóricos e políticos distintos – preocupações semelhantes às levantadas por Antônio Cândido na *Folha socialista*.

Furtado demonstrava o quão difícil era vencer as forças oligárquicas – principalmente no Nordeste, onde ele atuava como coordenador da operação Nordeste e, posteriormente, como presidente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) –, que se organizavam e resistiam a toda mudança que apontasse para o desmantelamento do clientelismo e do personalismo. Em muitos de seus livros – destaquem-se *A pré-revolução brasileira* e *Dialética do desenvolvimento* – ele tece uma crítica ferrenha não somente às forças reacionárias e conservadoras, mas também às denominadas forças de esquerda e progressistas.

Conquanto houvesse diferenças teórico-políticas entre eles, há pontos semelhantes entre Antônio Cândido e Celso Furtado. Um é a insistência na necessária compreensão, por parte das forças progressistas, das singularidades sociais e políticas brasileiras e das impossibilidades de adotar modelos vindos de fora para pensar e agir politicamente no país. Essa era, sem dúvida, uma crítica aberta aos membros do partido comunista que se filiavam às diretrizes soviéticas. Outro ponto de convergência entre os dois é a defesa intransigente da democracia. Havia, segundo eles, a necessidade de construir, no país, um processo de publicização das demandas sociais, de modo que os diversos segmentos da população pudessem, de fato, ser incorporados ao processo político. Celso Furtado afirmava que a direita se empenhava em destruir as forças sociais emergentes na década de 1950 e início da de 1960 e a esquerda queria forçar uma radicalização de tais forças.

*As duas leituras eram vesgas, pois o que estava ocorrendo era a incorporação ao processo político de importantes segmentos da população ainda vitimizada pelas seqüelas do escravismo (FURTADO, 1997, p. 213).*

Não se deve esquecer que as reações dos membros do partido comunista a posturas que questionavam suas ações eram incisivas. A imprensa comunista denominava alguns membros do Partido Socialista Brasileiro (PSB) de “pelegos intelectuais, inimigos do povo, hienas do capitalismo”<sup>12</sup> (DANTAS, 2002, p.334). No caso de Celso Furtado, ocorria algo que merece destaque. Sua postura contrária à tentativa dos Estados Unidos de implementar no Nordeste um plano de modernização, chamado Aliança para o Progresso, chamou contra ele várias personalidades. Carlos Lacerda, político do Estado do Rio de Janeiro, e Assis Chateaubriand, empresário do setor de comunicação, utilizavam a imprensa para dizer que Celso Furtado não aceitava o plano norte-americano em razão de sua postura comunista. Os comunistas, em vista das críticas do superintendente da Sudene a suas ações em relação às Ligas Camponesas, afirmavam no jornal *O semanário* que Furtado era agente dos ianques.

Os escritos de Antônio Cândido guardam também com Celso Furtado outra proximidade, a de trazer à tona uma multiplicidade de disputas políticas que alimentavam as ações na década de 1950. Havia uma conjuntura favorável ao processo de democratização, havia também efervescência entre as forças sociais que tentavam vencer as exclusões, e isso se tornava um amplo campo de luta e embates que definiam oposições não somente entre direita e esquerda, oligarcas e democratas, conservadores e progressistas. Formavam-se clivagens profundas entre os próprios setores de esquerda, entre as próprias forças progressistas.

Os textos (compostos por artigos e documentos produzidos por membros do PSB, dentre eles, Antônio Cândido) denominados *A situação brasileira* (2002b), *Economia e socialismo* (2002c) e *Forças conservadoras*

<sup>12</sup> Não se deve supor, todavia, que a prática de xingamentos e agressões era algo presente somente no PCB. O próprio PSB em alguns momentos externalizava esse procedimento. No artigo, *A situação brasileira*, publicado na *Folha socialista*, em 1947, os líderes do Partido Trabalhista Nacional (PTN) eram chamados de fetos malformados por membros do PSB. Além de agressiva a postura, ela também externalizava preconceitos em relação a pessoas com má-formação genética ou quaisquer outros acidentes genéticos que levam a problemas e deformidades.

contra forças demagógicas<sup>13</sup> (2002d), subscritos por Antônio Cândido e publicados na *Folha socialista*, nos anos de 1947 e 1948, revelam as disputas políticas que ganhavam proeminência naquele momento. As posturas dos partidos reacionários eram sempre de manter o Estado oligárquico por meio de uma demagogia caudilhesca. Todavia, o grande problema era que

*[...] as massas conquistadas aqui pelo comunismo foram orientadas, também, para uma espécie de caudilhismo demagógico – como na Iugoslávia e na Albânia – e se afastaram, deste modo, do caminho que permitiria superar harmoniosamente o atual estado de coisas. O que nos resta, portanto, é denunciar as tentativas contra a democracia, que poderão partir tanto dos burgueses conservadores, quanto do adhemarismo<sup>14</sup> e do comunismo. Todos marcharão alegremente para a ditadura antidemocrática – contanto que ela seja o que cada um deles imagina para assegurar o seu domínio (CANDIDO, 2002d).*

Nesse documento da Comissão Estadual de São Paulo do Partido Socialista Brasileiro, subscrito por Cândido, há algo que merece destaque: o fato de que o país estava, possivelmente, caminhando para uma ditadura que poderia ser de direita ou de esquerda. O espírito antidemocrático dos grupos mais proeminentes na arena política naquele momento ficava, segundo o documento, evidente. Isso era tido como indicador de o que poderia ocorrer nos anos vindouros. Em 1964, de fato, instaurou-se uma ditadura que agregava as forças reacionárias, oligárquicas e conservadoras de todos os matizes. Os membros do Partido Comunista Brasileiro sofreram repressão implacável. Foram perseguidos, torturados e mortos pelas forças do regime militar.

Antes do golpe de 31 de março de 1964, Cândido afirmava, no texto *A situação brasileira* (2002b), que havia três forças de peso no cenário político daquele momento: os partidos burgueses (Partido Republicano – PR –, Partido Social Democrático – PSD – e a União Democrática Nacional – UDN);

<sup>13</sup> Esse texto foi publicado em *Textos de intervenção*, de Antônio Cândido, porque foi subscrito por ele ao fazer parte da Comissão Estadual de São Paulo do Partido Socialista Brasileiro. Essa comissão assina o referido manifesto.

<sup>14</sup> Adhemarismo refere-se a Adhemar de Barros, o qual foi governador do Estado de São Paulo entre 1947 e 1951.

o trabalhismo demagógico,<sup>15</sup> representado por algumas forças tais como: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que congregava uma massa considerável de trabalhadores urbanos e rurais, o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Partido Social Trabalhista (PST); e o Partido Comunista.

O trabalhismo teria sido fruto de uma conjuntura que uniu uma industrialização rápida que trouxe para as grandes cidades um número expressivo de trabalhadores rurais semi-analfabetos, paupérrimos, sem qualquer politização acerca de seus direitos e interesses e de uma ditadura (O Estado Novo), que teria impedido o florescimento de ações que levassem à politização de tais massas trabalhadoras.

*Porque o regime de ditadura, impedindo qualquer manifestação contrária, não permitiu que os elementos conscientes do proletariado e os setores liberais das classes médias efetuassem a contrapropaganda. Foi o que se pode chamar de envenenamento organizado e vagaroso da opinião pública, com grande efeito junto aos setores politicamente inconscientes (CANDIDO, 2002b, p.340).*

Observe-se que Cândido ressaltava que as classes médias liberais teriam papel importante a cumprir neste processo de urbanização e de industrialização que se desenvolveu nas décadas de 1930 e 1940. Todavia, o regime ditatorial, instaurado a partir de 1937, teria sufocado qualquer possibilidade de intervenção delas na arena política. Isso levou ao florescimento do culto à personalidade de Getúlio Vargas, que passou a ser visto, pelas massas pobres e despolitizadas, como salvador. Colocar em cena a luta por direitos e pela democracia, mesmo numa lógica liberal, era apontado, nesse texto de 1947, como uma forma de barrar o trabalhismo demagógico que ganhou terreno naquele momento e ao qual os comunistas se submeteram por oportunismo político.

Uma das críticas mais contundentes de Cândido dirigia-se ao oportunismo político de alguns segmentos de esquerda na década de 1950. Ele dizia:

<sup>15</sup> Cândido afirma que errava “redondamente quem considerava o trabalhismo brasileiro uma espécie de socialismo degenerado; na verdade, era uma formação política de outra natureza, baseada nos setores retrógrados ou lumpenizados da massa trabalhadora, com uma indisfarçável vocação fascista” (CANDIDO, 2002b, p. 340).

*O movimento comunista, apoiado em setores mais politizados da classe operária e com larga base na pequena burguesia radical, tem se caracterizado por uma espantosa incoerência teórica e prática. Formado por uma mistura de stalinismo, oportunismo e misticismo caboclo, vem, pouco a pouco, sabotando com pachorra o belo ímpeto popular que lhe deu corpo há dois anos e meio<sup>16</sup>. Indeciso ante as tarefas que surgem à frente, ora parece querer uma revolução nacional, ora comete os maiores desatinos para seguir a linha de Moscou, tudo isso temperado com oscilações periódicas da sua tática da colaboração de classes. Escolhendo a dedo as piores soluções eleitorais, preferindo sempre os candidatos mais errados, com verdadeira vocação para o suicídio, encontra-se atualmente numa situação crítica, com perigo de perder a sua representação parlamentar e com a organização já posta na ilegalidade<sup>17</sup>. Como se apresenta atualmente, o comunismo é, pois, uma perigosa vereda para o proletariado, não pelas lutas que enfrenta, mas pelos erros de que se nutre. O seu conteúdo revolucionário está praticamente comprometido, quer pela subserviência às ordens da Rússia [...] quer pela tendência golpista e antidemocrática. É preciso não confundir mudança revolucionária com golpe político: a primeira pode dar-se sem efusão de sangue, se comportar alteração radical e essencial do sistema econômico social; o segundo pode representar, simplesmente, o estabelecimento de uma ditadura. Sabotando a consciência política da massa com os mais desavergonhados cambalachos políticos, o PCB está tornando impossível a consciência revolucionária e criando ambiente para o golpismo dirigido de cima para baixo (CANDIDO, 2002b, p.341-2).*

<sup>16</sup> O PCB obteve expressiva votação nas eleições de dezembro de 1945.

<sup>17</sup> O PCB teve seu registro cassado em 1947.

Nessa passagem, o que chama a atenção é que, em 1947, já se aventava a possibilidade de um golpe ditatorial, vindo das forças reacionárias e conservadoras. Todavia, não se pode concluir, em vista disso, que o golpe militar de 1964 tenha sido fruto dos desatinos da esquerda comunista. Não parece ser isso o que Cândido está dizendo. Em sua inflamada postura de militante socialista, ele procurava chamar a atenção para o fato de que o desprezo pela liberdade e pela democracia, muito comum aos militantes comunistas, poderia ajudar a pavimentar caminhos ditatoriais que se punham num horizonte, infelizmente, não muito longínquo, como demonstrou a história.

A conjuntura que levou à efetivação da ditadura militar em 1964 estava, no entanto, repleta de outros elementos potencialmente definidores de condições favoráveis para que o golpe ocorresse. Dentre os fatores que foram alargando as ações reacionárias dos grupos que prepararam e implementaram a ditadura de 1964, estavam: a expansão dos movimentos sociais reivindicativos; as exigências dos setores organizados e progressistas em favor de reformas de base; o pavor das classes médias e empresariais em face do avanço dos setores populares na arena política; a politização e a luta por direitos de alguns segmentos sociais (os camponeses organizados nas Ligas, por exemplo); os impasses políticos institucionais que teriam levado a uma paralisa decisória do governo Goulart (SANTOS, 2003), em razão de um bloco de forças reacionárias que se moviam fechando as saídas para o presidente em exercício (FURTADO, 1997); a empatia dos setores dominantes (empresários e latifundiários) com os militares que preparavam o golpe; a fraqueza do governo Goulart exposta na tentativa frustrada de estabelecimento de um estado de sítio (FURTADO, 1997); e também todos os equívocos presentes no sistema político em vigor<sup>18</sup>, nos procedimentos governamentais e na atuação das forças progressistas organizadas no interior da sociedade civil (FURTADO, 1997).

Esses dados são suficientes para deixar claro que foi um conjunto de circunstâncias que levaram ao golpe de 1964, o que impossibilita atribuir às esquerdas comunistas culpa pela implementação da ditadura. Porém, para Cândido, em 1947 e 1948, o modo de agir dos comunistas incentivava inúmeras práticas que tendiam a alimentar o processo gerador de atitudes que,

<sup>18</sup> No interior do sistema político havia enorme dificuldade, por parte dos segmentos progressistas, de bloquear as forças políticas que se impunham contra Goulart. Esse último também teria cometido muitos equívocos, diz Furtado, na relação populista que estabeleceu com as forças mobilizadas do Nordeste. Outro erro enorme foi a investida do presidente João Goulart para dividir as Forças Armadas. Com esse erro, ele “cavou o seu próprio túmulo” (FURTADO, 1997, p.272).

potencialmente, levariam a um golpismo de direita, mas poderiam também levar a uma ditadura de esquerda. O desprezo pela democracia e pela liberdade combinado com a obsessão de tomar o poder segundo os ditames da URSS conduzia os membros do Partido Comunista aos maiores erros táticos que se poderiam imaginar, dizia Cândido<sup>19</sup>, porque esse militante do PSB requeria, das esquerdas, procedimentos que não desvirtuassem a transformação socialista da sociedade brasileira. Daí vem ser suas críticas mais voltadas para a esquerda comunista do que para os diversos segmentos da direita em sua forma tradicional ou em sua forma mais moderna e oriunda do processo de industrialização e de urbanização. Em relação aos setores conservadores e oligárquicos não havia remédio, pois suas práticas eram potencialmente reprodutoras das exclusões políticas, mas tais práticas eram inadmissíveis nos grupos de esquerda que deveriam empenhar-se em desmontar, e não em manter, toda forma de golpismo e de oportunismo político.

Romper com práticas oportunistas significava travar uma luta obstinada contra as conseqüências do arcaísmo econômico e político em vigor no país, na década de 1950. Verifica-se, então, que para Cândido a situação de atraso do país impunha ainda a construção das condições para que o proletariado se tornasse uma força, de fato, revolucionária. Para isso, era necessário o desenvolvimento de uma ampla educação política, a qual deveria ser organizada democraticamente, e não de modo oportunista e golpista, como faziam os trabalhistas, os comunistas e os populistas, de modo geral.

Qual era, nesse contexto, o papel da pequena burguesia no enfrentamento do oligarquismo, dos atrasos econômicos e políticos e da ativação de uma educação política que levasse à formação de uma consciência, de fato, revolucionária entre os proletários? Antônio Cândido afirmava:

*Ainda no terreno político, sentimos que a pequena burguesia – classe esmagada pela atual conjuntura econômica – pode tornar-se cada vez mais, no Brasil, uma aliada sincera e eficiente do proletariado nesta luta democrática pelo socialismo e a liberdade, na medida em que se intensificar a sua compreensão dos fenômenos sociais de que é protagonista (CÂNDIDO, 2002b, p.345-6).*

<sup>19</sup> Não somente o PSB fazia essa discussão. No início da década de 1960, Celso Furtado (1962), na obra *A pré-revolução brasileira*, atacava com veemência a submissão dos comunistas brasileiros à URSS.

## **Algumas considerações finais acerca da superação, e não da ratificação de velhas fórmulas políticas**

Segundo Antônio Cândido, as ações e os agentes que poderiam contribuir para a flexibilização do Estado oligárquico no país eram diversos. Sua análise quebra uma visão que automatiza o processo social, ou seja, não era pelo fato de ser um intelectual de esquerda, uma liderança de esquerda, que havia qualquer garantia de que tais agentes estariam empenhados em quebrar os vícios e os arcaísmos políticos de que estava impregnada a vida social brasileira. Não era possível também afirmar que a pequena burguesia e todos os setores médios liberais tinham de ser vistos como perpetuadores do oligarquismo. Assim como existiam lideranças, do Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, mergulhadas em ações oportunistas e reafirmadoras de inúmeras práticas autoritárias, poderia haver também, na pequena burguesia e nas classes médias, aliados na luta contra a exclusão social e política e nas ações frutificadoras da democracia.

A posição de fantoches de interesses estranhos à nação brasileira, essa última pensada em termos de interesses coletivos, poderia ser desempenhada tanto por lideranças de direita quanto por lideranças de esquerda. Não somente os setores conservadores subtraíam a liberdade democrática, mas também alguns segmentos de esquerda que não faziam outra coisa, na década de 1950, senão endossar as posições autoritárias tomadas pela URSS. A escravização a interesses de classes, a qual o PSB não admitia, segundo Antônio Cândido, levava a todos os equívocos políticos. O maior deles era a cegueira em relação aos problemas brasileiros e ao tipo de ações políticas que tais problemas demandariam.

A compreensão das singularidades e das complexidades do país levaria à expansão de um conhecimento da realidade nacional que deveria propiciar a emergência de uma consciência crítica capaz de alimentar um agir renovado por parte dos intelectuais, das lideranças político-partidárias e dos movimentos sociais. O papel da ciência social analítica era derrotar o amadorismo que embasava as explicações sobre o país, e assim dar pistas sobre os caminhos que deveriam ser seguidos por todos aqueles que estivessem empenhados na transfiguração do país, para combater as atitudes oportunistas e as reacionárias.

Vê-se que Antônio Cândido estava, na década de 1950, debatendo-se no plano tanto das atividades intelectuais quanto das ações políticas na defesa da necessidade de um comprometimento aberto das ciências humanas

que ora se expandiam no Brasil com as posturas políticas voltadas para a implementação de uma sociedade democrática e igualitária no país. Implicitamente, suas análises supõem uma crítica à defesa de um conhecimento objetivo apolítico, que ganhava força no final da década de 1950 e início da de 1960. As propostas de Antônio Cândido têm de ser lidas como contestação ao objetivismo tecnocrático de Roberto Campos e Octávio G. de Bulhões, que externalizaram, a partir de 1964, a defesa de uma ciência (a econômica) que fechava os olhos para toda prática repressora dos governantes (SILVA, 2000). A ciência auxiliaria, segundo esses dois últimos, o país a se modernizar, a crescer, a aprofundar sua industrialização sem qualquer obrigação de se preocupar com o fato de o Estado ser ou não autoritário.

Na contramão desse tipo de postura denominada objetivismo tecnocrático situavam-se diversas correntes: o socialismo democrático de Cândido, o planejamento democrático de Celso Furtado, o pragmatismo de Guerreiro Ramos. Guardando as diferenças entre eles, esses três homens de ciência e de ação consideravam impossível fazer uma ciência tal como pregavam os tecnocratas, uma vez que não era possível, de modo algum, escamotear a dimensão política das escolhas feitas pelos cientistas<sup>20</sup>. Não eram escolhas neutras, elas vinculavam-se a uma dada proposta política. Assim, a ciência social assentada na defesa da democracia não tinha como servir a projetos ditatoriais.

Demonstrou-se, neste artigo, que Antônio Cândido defendia, em sua atividade intelectual e política, formas de barrar qualquer autoritarismo que tentasse instalar-se no país. Por isso, era necessário combater as práticas autoritárias de todos os matizes, fossem elas de esquerda ou de direita. Prevendo desfechos como o golpe militar, ele insistia, na década de 1950, que somente a constituição de agentes com voz e com capacidade de intervir na arena política poderia evitar a implementação de governos ditatoriais.

## Referências bibliográficas

CANDIDO, A. Socialistas, comunistas e democracia no pós-guerra. Entrevista. *Estudos de sociologia*, Araraquara, n.20, p.7-21, 2006

CANDIDO, A. Plataforma da nova geração. In: DANTAS, V. (Org.). *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002.

<sup>20</sup> Sobre o objetivismo tecnocrático ver Silva (2000).

- CANDIDO, A. Notas de crítica literária – carta a Luís Martins. In: DANTAS, V. (Org.). *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002a.
- CANDIDO, A. A situação brasileira. In: DANTAS, V. (Org.). *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002b.
- CANDIDO, A. Economia e socialismo. In: DANTAS, V. (Org.). *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002c.
- CANDIDO, A. Forças conservadoras contra forças demagógicas. In: DANTAS, V. (Org.). *Textos de intervenção*. São Paulo, Duas Cidades, Editora 34, 2002d. Documento do PSB assinado pela comissão Estadual de São Paulo, da qual Cândido era um dos membros. Foi publicado na Folha socialista, n.7, de 12 maio 1948.
- CANDIDO, A. Para pensar o problema da fome. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 29 nov. 1999. CA, p.5.
- CANDIDO, A. Memória: Antônio Cândido – a militância por consciência. *Teoria & debate*, São Paulo, n.2, p. 1-18, mar. 1988. Entrevista. Disponível em: <[www2.fpa.org.br](http://www2.fpa.org.br)>. Acesso em: 19 dez. 2006.
- CANDIDO, A. Entrevista. *Trans/Form/Ação*: revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Assis, n. 1, p.9-23, 1974.
- DANTAS, V. Apresentação – parte IV: conjuntura. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002. p. 331-336
- DANTAS, V. Apresentação – parte III: A conduta. *Textos de Intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002a. p.229-235
- FURTADO, C. A fantasia desfeita. In: *Obra autobiográfica*. Rio de Janeiro: 1997.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estado democrático*. Recife: Condepe, 1962.
- FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962a.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. *Uma política de desenvolvimento para o nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

FURTADO, C. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959a.

FURTADO, C. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

FURTADO, C. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

NEME, M. (Org.). *Plataforma da nova geração*. Porto Alegre: Globo, 1945.

ROMERO, S. *Obras filosóficas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

ROMERO, S. As oligarquias e sua classificação. In: *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto: Chardron de Lello & Irmão, 1910.

ROMERO, S. Nosso maior mal. In: *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto: Chardron de Lello & Irmão, 1910a.

SANTOS, W. G. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2003.

SILVA, R. Ideologia de Estado e autoritarismo no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, Florianópolis, n.21, p. 3-23, jun. 2000. Disponível em: <[www.sociologia.ufsc.br/caderno](http://www.sociologia.ufsc.br/caderno)>. Acesso em: 17 jul. 2005.